

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.754.332 - RS (2018/0179370-0)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : **MILTON FRANZONI DOS SANTOS**
ADVOGADOS : **DAISSON FLACH - RS036768**
 REGIS ELENO FONTANA - RS027389
 RICARDO ZENERE FERREIRA - RS087039
RECORRIDO : **FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF**
ADVOGADOS : **DIEGO TORRES SILVEIRA - RS055184**
 LEANDRO PITREZ CASADO - RS053911
INTERES. : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. QUESTÕES RELEVANTES. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.

1. Omisso o julgado recorrido acerca de questões relevantes suscitadas em apelação e embargos de declaração, verifica-se a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, impondo-se o retorno dos autos à origem para a correção do vício.

2. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por MILTON FRANZONI DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região que, assim ementado:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. FUNCEF E CEF. APOSENTADORIA. COMPLEMENTAR. BASE DE CÁLCULO. CTVA. RESERVA MATEMÁTICA. PREVISÃO CONTRATUAL. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ATUARIAL.

A parte autora, ao aderir voluntariamente ao Novo Plano, de natureza facultativa, renunciou expressamente aos direitos previstos no regramento a que estava submetido e deu quitação plena de eventuais diferenças. Assim sendo, restou caracterizada a transação extrajudicial de direitos patrimoniais de caráter privado, na forma dos arts. 840 e 841 do Código Civil. Estando regularmente formalizada e inexistindo qualquer vício de consentimento, somente se poderia desfazer mediante comprovação de dolo, coação, ou

Superior Tribunal de Justiça

erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa, nos termos do art. 849, caput, do Código Civil. Precedente da 2ª Seção. (fl. 1.705 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 1.786/1802 e-STJ).

No recurso especial, o recorrente aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, defendendo, a negativa de prestação jurisdicional ante a omissão do Tribunal de origem em analisar diversas questões jurídicas, dentre elas (a) a existência de declaração judicial do direito à integração do CTVA ao salário de contribuição na reclamatória trabalhista 0131600-31.2007.5.04.0304; (b) a necessidade de definição da natureza jurídica da verba denominada Complemento e Mercado (CTVA); (c) a competência absoluta da Justiça do Trabalho para examinar a questão, conforme jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça; (d) a inclusão da referida parcela remuneratória no cálculo do benefício de aposentadoria complementar; e (e) a nulidade do acordo celebrado com as requeridas, diante de suposta afronta aos arts. 423 e 424 do Código Civil.

Contrarrazões às fls. 1.847/1.870 (e-STJ).

É o breve relatório.

Decido.

A irresignação recursal merece prosperar no tocante à alegada existência de omissão no acórdão que julgou os embargos de declaração opostos, já que, mesmo instado a fazê-lo na apelação interposta e embargos, o Tribunal de origem não se manifestou sobre diversas questões jurídicas: (a) a existência de declaração judicial do direito à integração do CTVA ao salário de contribuição na reclamatória trabalhista 0131600-31.2007.5.04.0304; (b) a necessidade de definição da natureza jurídica da verba denominada Complemento e Mercado (CTVA); (c) a competência absoluta da Justiça do Trabalho para examinar a questão, conforme jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça; (d) a inclusão da referida parcela remuneratória no cálculo do benefício de aposentadoria

Superior Tribunal de Justiça

complementar; e (e) a nulidade do acordo celebrado por suposta afronta aos arts. 423 e 424 do Código Civil.

Com efeito, conforme se observa das razões dos embargos de declaração (e-STJ, fls. 1.504/1.519), o recorrente requereu o pronunciamento da Corte de origem acerca de diversas questões relevantes, porém a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região ficou-se silente a respeito.

Nesse contexto, sendo efetivamente relevante as questões aventadas na origem e, tendo em conta a impossibilidade de análise pelo Superior Tribunal de Justiça de temas não prequestionados, impõe-se a acolhida do recurso especial para se reconhecer a omissão do julgado e determinar a apreciação dos temas suscitados.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO NÃO UNÂNIME. QUESTÃO ACESSÓRIA. EMBARGOS INFRINGENTES. NÃO CABIMENTO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 207/STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. OCORRÊNCIA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.

(...)

4. É omissa o acórdão que deixa de examinar questão de fato relevante para o julgamento da causa, violando o art 535 do Código de Processo Civil de 1973.

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl no REsp 1131917/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 09/05/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DECISÃO RECORRIDA PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. OMISSÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973 CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. DECISÃO MANTIDA.

1. Deixando a Corte local de se manifestar sobre questão relevante apontada em embargos de declaração, tem-se por configurada a violação do art. 535 do CPC/1973, devendo o recurso especial ser provido para anular o acórdão, determinando-se o retorno dos autos à origem, para que seja suprido o vício verificado.

(...)

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1317090/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 30/05/2016)

Superior Tribunal de Justiça

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. FUNGIBILIDADE E ECONOMIA PROCESSUAL. ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO. OMISSÃO EXISTENTE. SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. QUESTÃO RELEVANTE. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. (...)

2. Caracteriza-se ofensa ao art. 535 do CPC quando a Corte de origem deixa de se pronunciar a respeito de questões essenciais ao julgamento da lide, as quais poderiam, em tese, levar a resultado diverso.

3. Agravo regimental não provido. (EDcl no AgRg no REsp 1561073/AL, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 18/04/2016)

Ante o exposto, com base no art. 932, inciso V, do CPC/15 c.c. o Enunciado n.º 568/STJ, dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos à origem para que seja integrado o julgado, na forma da fundamentação.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n.º 3/STJ).

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator